**Agenor Brighenti: Na Reforma da Cúria “não é o mais importante a ortodoxia senão a ortopraxia”**

[Un hombre parado de frente con un gesto en su cara

Descripción generada automáticamente con confianza media](https://blogger.googleusercontent.com/img/a/AVvXsEgcjSXjHrszaFr88995n2WHrtEB-EmCUedzAlITeVFO3vdKvhlrJPm42Me6OacwWlRD5NLFh97I2EfYqE9XmmUtnViGmNICmkTQv7sbPdouaVbQpDvS7K-hIanJygkLo7fMuscbRR3pci9A_ACyqcBIL8fTJyczY0DfDJ0bIyeFcujgXQj6MsNjKQ)

No dia 19 de março foi dado a conhecer o resultado de “uma tarefa encomendada a Francisco ainda nas congregações de sua eleição”, segundo Agenor Brighenti. Essa missão era a Reforma da Cúria. Para isso, “foi constituída uma comissão para pensar isso, e foi um processo realmente longo, praticamente 9 anos, mas é porque **o Papa Francisco quis fazer um processo de uma maneira sinodal**”.

O teólogo brasileiro destaca que o Papa consultou não só a Cúria, mas também as conferências episcopais, os canonistas, as faculdades de teologia, “**um processo longo, mas que desemboca em passos importantes**”. Ele destaca cinco elementos na Constituição Apostólica Praedicate Evangelium.

O primeiro é “a **passagem do administrativo ao pastoral**, colocar a evangelização no centro da natureza e da organização da Cúria”. Essa passagem foi feita pelo Vaticano II, “mas em termos de organismos de Igreja, nós continuamos muito no administrativo”, em todos os níveis de Igreja. Por isso, o pastoralista destaca que “um ponto importante aqui é colocar no centro o pastoral, a evangelização”. Isso atinge os funcionários da Cúria, “vai ter que ser gente que além da competência, tem que ser gente com experiência de pastoral, com processos de engajamento na evangelização”, afirma o padre Brighenti.

O segundo ponto, que destaca, “é **desvincular o poder de governo na Igreja do clero**”. Para o teólogo, “o poder de governo na Constituição não vem do Sacramento da Ordem, mas o poder de governo na Igreja, ele se funda no Sacramento do Batismo”, uma ideia presente na exortação Querida Amazônia. Nesse sentido, Agenor Brighenti faz referência a que “não precisa ser clérigo nem para presidir o dicastério, basta ser um cristão, que reúne evidentemente o perfil, a competência, o testemunho, a vivência”.

[Multitud de personas

Descripción generada automáticamente con confianza media](https://blogger.googleusercontent.com/img/a/AVvXsEglF-cS-fDUHN_lWjKUiWOlK4ehzeX3ZzbtBsiMoSm7x-5hHI_7du6p3eVAFX7UlVKth0JuBqFxBlxJuJBPxG4LkRmmyPTcoDfdnc4O-TFHgRlp5aoBUdGkgGH1NJhZqYY_R32xWffMRmRdwqZ7e3vQyI1mI7PH4kSfOCLcnMpV0H1iCSYzpbihPQ)Isso contrasta com a eclesiologia pré-conciliar, onde “se dizia expressamente que a Igreja é composta por dois géneros de cristãos, os clérigos e os leigos, o clero é o polo ativo, em que reside todo o poder e toda iniciativa, e os leigos são o polo passivo, a quem cabe obedecer docilmente ao clero”, lembra o teólogo. Mesmo superada no Vaticano II, “ficou a meio caminho como tarefa pendente, porque em muitos aspectos, o próprio Direito Canônico, ele praticamente reserva o poder de governo aos ministros ordenados, quando em realidade isso brota do Batismo,**todos pelo Batismo se tornam sacerdotes, profetas e reis**”.

Em terceiro lugar coloca “que a Cúria deixa de ser uma instância intermediaria entre o Papa e os bispos, entre Roma e as dioceses, para ser uma instância de serviço a ambos, tanto ao Papa quanto às igrejas locais. A Cúria deixa de ser uma instância de controle, ou de poder, para ser uma instância de serviço”. Ele lembra que “a Cúria historicamente, ela aprendeu a ser uma instância de controle, de poder, uma instância intermediaria entre o Papa e os bispos, as igrejas locais, inclusive com poder sobre as Igrejas locais, tomando às vezes decisões, quase como que com certa autonomia em relação ao Papa. **Agora a Cúria Romana está ao serviço das igrejas locais e ao Papa, não é uma instância intermediaria, é uma instância de serviço**”.

A quarta mudança “**é a maior autonomia às igrejas locais e ao bispo diocesano**”, algo presente na Evangelii Gaudium, que fala da “necessidade de uma sã descentralização do poder na Igreja, da gestão, da administração do governo na Igreja”. Com esta Constituição, “ao ministério petrino são reservadas questões de doutrina, mais ligadas à questão da ortodoxia, em questão mais centrais, mas em outras questões, os bispos e as dioceses locais, terão muita maior autonomia, muito maior poder de governo, porque na maneira que a Igreja anda, quase que o bispo diocesano era um colaborador do Papa”, afirma o teólogo.

[Hombre sentado en una mesa

Descripción generada automáticamente con confianza baja](https://blogger.googleusercontent.com/img/a/AVvXsEgjzvv2V2WfRFZwtxTUr17_kgGVQf_hBC_9Tov5KPdClW9ULmEDs-dwTmNnxiHlMmxXuZ0zC9BRCbA7FlzqeZqu6gcC9dYaZ96P98HCrIm3BH3nA-GbRp49bYqJ1yaFqdY8IzpDtPUWxjAaDXkJzWULLNL4rJgJ8iVT-za5WCcZ7atSNnTcr8ljIQ)Na Praedicate Evangelium, “o bispo diocesano ele faz parte do colégio e esse colégio tem uma preocupação pelas solicitudes das igrejas, mas tem como finalidade, desde o princípio de subsidiariedade, apoiar as igrejas locais, servir as igrejas locais. Para poder haver corresponsabilidade, tem que haver autonomia. **Com esta Constituição as igrejas locais vão ter muita maior autonomia e o bispo diocesano também**”, segundo Agenor Brighenti.

A quinta mudança é com relação às conferências episcopais, “que elas também deixam de ser instâncias intermediarias, como eram concebidas”, em palavras do pastoralista. Agora “são organismos de subsidiariedade. Elas não interferem nem no ministério petrino e nem nas igrejas locais. Elas servem tanto o ministério petrino como servem também às igrejas locais. **São organismos de serviço em ordem à evangelização**”.

“As conferências episcopais vão ter também muito maior autonomia, para poder fazer esse serviço de subsidiariedade”, lembra Brighenti, insistindo em que “não é interferência, é no sentido de serviço, de apoio, de subsidiar”. Agora a Constituição “dá uma força, dá uma visibilidade, dá uma margem de aplicação desse princípio de subsidiariedade no governo da Igreja”, segundo ele, que vê a necessidade de “**as conferências episcopais repensar seus estatutos, tornar-se muito mais eclesiais do que simplesmente episcopais**”, na linha da sinodalidade.

Ele destaca outros pontos em relação com a Cúria: “o mandato de 5 anos, porque trabalhar na Cúria não é carreira, não é prêmio, não é algo vitalício, é um serviço temporário”, que tem que ser realizado por gente engajada na pastoral. O Dicastério para a Evangelização, “que é o primeiro, é central, vai unir dois organismos que existiam anteriormente e eles vão ser chefiados pelo Papa”. Segundo Agenor Brighenti, “**a tarefa de evangelizar é a essência da Igreja e isso é a missão do ministério petrino, e essa é a missão de todo bispo**, a centralidade da evangelização, e isso a Cúria Romana o coloca em primeiro lugar, uma mudança importante”.

Também destaca a criação do Dicastério para o Serviço da Caridade, central na fé cristã, na linha do desenvolvimento dos povos de Gaudium et Spes. A Constituição cita explicitamente, lembra o teólogo, “a opção preferencial pelos pobres”, uma categoria muito latino-americana. Quer se superar o assistencialismo, mostrando “preocupação com a emancipação, com a inclusão dos marginalizados”. Deixa de ser central o Dicastério da Doutrina da Fé, que agora é Congregação, “**não é o mais importante a ortodoxia senão a ortopraxia, a ação na Igreja**”.

[Mano de una persona

Descripción generada automáticamente con confianza media](https://blogger.googleusercontent.com/img/a/AVvXsEjksAhpJq2PPOD2980OS37auPu230GYOWR6WWmJB1X3I4zEIeqKfpg8ITOfGnsx_3aOixP0RNv7tnpk4a8l60tpysx0H9gFT8Ttk7j7QrImR0AmSA_Do2Z8HhpDWevmr8JI3JPnhvWyIbIASLnXubEEBHszs2Yu1YT_7oY5JsWihwZ4Cq5lkw_DuQ)

Também destaca a questão da “**proteção dos menores, que é uma preocupação que está agora no governo da Igreja**”. A questão de fundo, segundo Agenor Brighenti, “é o clericalismo, um clericalismo que leva a abuso econômico, que leva a abuso de manipulação das consciências e que leva a abuso sexual”. Finalmente cita a redução dos dicastérios, dos organismos da Cúria, “para dar mais eficácia e eficiência, mais agilidade, uma organização muito mais em ordem à evangelização e menos à administração, que torna mais leve e uma instituição de caminhar com leveza e acompanhar as interpelações de nosso tempo”.

O teólogo reflete sobre as dificuldades e desafios para que isso se torne prático, insistindo em que “não pode ser uma reforma simplesmente exterior, uma reforma simplesmente administrativa, uma reforma jurídica”. Precisa de “**uma conversão de todos na Igreja para esse perfil de instituição, para esse perfil de missão na Igreja**, para essa maneira de exercer o múnus de governo”, colocando como grande dificuldade a mudança de mentalidade.

Na Igreja, segundo Agenor Brighenti, “**às vezes o institucional, ele acaba se sobrepondo ao carisma**”, predominando “os parâmetros quase que de eficiência, empresariais, de resultados”. Diante disso, ele afirma que “a conversão pastoral da Igreja, que aparece em Santo Domingo, ela é fundamental”, algo que deve estar presente “a nível dos ministérios, da Igreja ministerial, que tenha no centro a preocupação pela evangelização, pela missão, e que tenha no centro o serviço e não o poder, não a centralização, mas justamente contribuir para que o Reino de Deus seja mais presente no mundo”.

O Papa tem dado passos, “nomeado pessoas com outro perfil, que tenham essa preocupação e esse testemunho”, algo que deve ir a mais a partir de junho, quando entrar em vigor essa Constituição. “Muitos dos quadros serão renovados”, sendo necessário “**colocar nesses postos pessoas que correspondam ao espírito da reforma**”, para assim encarnar “o espírito da reforma, que seja encarnado e seja vivido por aqueles que vão estar na frente desses diversos serviços”, insiste o padre Brighenti.

[Un grupo de personas sentadas en una sala

Descripción generada automáticamente con confianza media](https://blogger.googleusercontent.com/img/a/AVvXsEgmWwxe6nuzM7wMWoKRJ8jnuFlbIniFOgf1QLf6_zD1gm--ambf_rtSbxm0nEIAfzDGgiTzjKMKnmQz8q3ts9vV7D1x090Me2qVrOzbvb_Hi7rUXfA9Bt5w53LOfaeEHR_ejme4tCHt8P61Arp6zOWb3qSqnnqEFBP_F6xTB88yNB6gAxFdLe5Iuw)“O que mais dificulta esse espírito, essa conversão pastoral da Igreja, é justamente o modelo de Igreja anterior, clericalista, piramidal, e que faz do clero o polo ativo, com todo o poder e toda iniciativa”, afirma o pastoralista. “**Apesar da renovação do Vaticano II, nos últimos tempos, esse perfil de uma Igreja clerical tem se acentuado**”, reitera. Ele cita as resistências do clero em relação com o processo do Sínodo, algo que aparece na carta que a Secretaria do Sínodo dos Bispos enviou aos presbíteros recentemente.

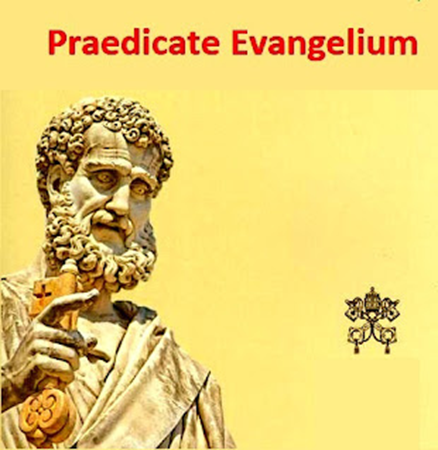
Para Agenor Brighenti, “**nos presbíteros está também uma grande dificuldade para se colocar numa atitude de membros do Povo de Deus, suscitar a participação e o consenso de todos**”, sendo dominados pelo clericalismo, inclusive os leigos. Segundo ele, “nós temos muitos organismos de Igreja, sobretudo de determinadas associações e movimentos que são sumamente piramidais, tradicionais, que se pautam pela eclesiologia pré-conciliar, que tem reticências em relação ao Concílio Vaticano II, tem medo de uma Igreja povo”.

O teólogo insiste em que “**o clericalismo é o que mais impede assumir esse espírito novo, essa nova mentalidade, essa centralidade da evangelização, o Povo de Deus como sujeito na Igreja e não a hierarquia**”. Não podemos esquecer que “a hierarquia é serviço, não é o sujeito, os sujeitos na Igreja são todos os batizados, como a Constituição coloca”, colocando o Batismo como uma chave de leitura da Constituição. “O ponto de partida de todo serviço está aqui, numa Igreja ministerial, também o ministério de governo, de coordenação, de comunhão está no Batismo”, insiste.

[Una persona sentado en un escritorio

Descripción generada automáticamente con confianza media](https://blogger.googleusercontent.com/img/a/AVvXsEj9zlTew985yh8fIAN5qEvg1y7hPO9NcW7vfKtd4i9gTKiW7mfvHlMBMpCMYje4HqZsFGGMWazJDfUSoosZ_9sry5IfWmGKdcytvIEie2X46__H1A_JuZq6-QjD77d8pXyKU8yuwTs24_PY_mNi8LnkeoYDf_Ez3126vxFVYyB9KovMlHZatMB-UQ)A outra chave de leitura de toda a Constituição é “**o enfoque na evangelização, na missão, no serviço**”, afirma. Segundo ele, “a contribuição que a Igreja quer dar ao mundo de hoje, na linha da Gaudium et Spes, é estar em diálogo e serviço ao mundo”. Nessa perspectiva destaca que “o clericalismo, ele atinge de maneira muito forte também os processos formativos hoje, tanto as escolas diaconais como os seminários”, insistindo em uma necessária e urgente mudança do perfil dos seminários, a formação, que ainda favorece uma Igreja piramidal, distante da Igreja do Vaticano II, e do espírito da reforma da Cúria.

Pode se dizer que a Igreja latino-americana tem sido um banco de provas da reforma, mesmo “com todas as nossas dificuldades”. Nesse sentido, **a Igreja latino-americana está vivendo processos “cujos resultados, eles estão aquém do seu significado”**. Nessa perspectiva coloca o Sínodo da Amazônia, que “foi maior do que os seus resultados, embora os resultados não tenham sido pequenos”. Igualmente a Assembleia Eclesial ou os processos que estão se realizando em volta do Sínodo da Sinodalidade, “o significado dele vai estar muito além dos seus resultados”. São experiências que “ajudam muito também a Cúria Romana”, insiste.

Mesmo reconhecendo que “nas nossas igrejas locais existe muito chão a percorrer”, o teólogo destaca que “pelo menos é **uma Igreja viva, uma Igreja propositiva, uma Igreja que está se arriscando, se lançando à perspectiva de futuro**”. Também reconhecer que “são minorias um pouco abraámicas que estão abrindo caminho, porque a Igreja como um todo, também na América Latina, ela está bastante estagnada nesses processos sinodais, porque nós regredimos muito nas últimas décadas em relação à renovação do Concílio e em relação à tradição da Igreja latino-americana”.

https://cnbbnorte1.blogspot.com/2022/04/agenor-brighenti-na-reforma-da-curia.html?fbclid=IwAR1iz7ehjtCTocNm95iqBT-iZc4agLp9znD1gTHntHOB0qXDvtT2JBvxAx4&m=1